



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Parecer

COM(2014)173

Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre "Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu"
[COM(2014)173]



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 8 de janeiro de 2013, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre "Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu" [COM(2014)173].

A supra identificada iniciativa foi enviada à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, atento o respetivo objeto, a qual analisou a referida iniciativa e aprovou o Relatório que se anexa ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1 – A presente iniciativa diz respeito ao Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre "Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu".

2 – É referido na presente iniciativa que a crise económica e financeira tem sido um catalisador da mudança. A União instaurou novos instrumentos e políticas para abordar os efeitos e as causas originais da crise e para prevenir o agravamento das dificuldades no futuro – por exemplo, criando o Mecanismo Europeu de Estabilidade com uma capacidade de empréstimo de 500 mil milhões de euros, introduzindo o Semestre Europeu para coordenar, de forma mais sólida, a política económica e fiscal dos Estados-Membros e implementando partes centrais da União Bancária a fim de tornar o sistema financeiro mais estável.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

3 – Por conseguinte, é mencionado que a crise veio reforçar uma quebra de confiança na governação e na liderança política, tanto a nível nacional como europeu. Para enfrentar esta situação, devem ser feitos mais esforços para colaborar com os cidadãos, bem como ouvi-los e informá-los sobre o modo como as políticas da UE os podem ajudar, como exercer os direitos que lhes são conferidos pela cidadania da UE e sobre o modo como podem utilizar o sistema de democracia representativa para se fazerem ouvir a nível europeu.

4 – Deste modo, é referido, que o debate com os cidadãos sobre a mudança política de que necessitamos tem de ter lugar antes, e não depois, da instituição de novas estruturas. As abordagens das políticas setoriais da União destinadas a restabelecer a confiança dos cidadãos na governação da UE através de diálogos, por exemplo no domínio da investigação, constituem um importante complemento à iniciativa Diálogo com os Cidadãos¹.

5 - Os Diálogos com os Cidadãos são um elemento central deste debate. Começaram numa altura em que os inquéritos Eurobarómetro demonstraram que a crise estava a contribuir para uma diminuição da confiança na UE de 57% para 31% e nas instituições nacionais de 41% para 23%, registada entre a primavera de 2007 e o outono de 2013². Do mesmo modo, nos últimos anos, a imagem pública da UE deteriorou-se e os europeus tornaram-se menos otimistas quanto ao futuro da União³.

6 – É, igualmente, indicado que à medida que a Europa supera a crise económica e financeira, cada vez mais decisões com impacto direto na vida das pessoas são tomadas a nível europeu. Estando, pois, na altura de começar a refletir sobre a forma de reforçar as estruturas democráticas da nossa União. Antes de a Europa aplicar as grandes reformas que essa mudança exigirá, os políticos nacionais e europeus

¹ Um bom exemplo é a iniciativa VOICES (www.voicesforinnovation.eu), um processo de consulta direta à escala europeia no qual as ideias dos cidadãos são recolhidas e depois tidas em conta no desenvolvimento das políticas de investigação e de inovação. Do mesmo modo, a «Special Initiative for Citizen Engagement in Science 'Have your say... about science'» e os «Planos de ação para a mobilização e a aprendizagem mútua» reforçam a participação do público e de múltiplos intervenientes na investigação e inovação

² Eurobarómetro Standard 80 (outono de 2013), p. 5.

³ *Ibid.*, p. 9, embora a tendência negativa tenha sofrido uma ligeira alteração no outono de 2013.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

deverão realizar um amplo debate com os cidadãos sobre como deverá ser a nossa Europa do futuro. Trata-se de um verdadeiro debate europeu, com os cidadãos no centro.

7 - Foi por isso que a Comissão Europeia testou e desenvolveu um novo instrumento de comunicação, destinado a complementar os instrumentos existentes que envolvem diretamente as pessoas: os Diálogos com os Cidadãos. O conceito tem por base o modelo de reuniões públicas informais ou fóruns locais em que os políticos ouvem os cidadãos e debatem com eles sobre as políticas e as decisões a tomar.

8 - Ao todo, foram realizados 51 Diálogos com os Cidadãos em todos os Estados-Membros. Dos 28 Comissários europeus, participaram 22, geralmente em conjunto com representantes do Parlamento Europeu e políticos nacionais ou locais (ver quadro em anexo). Deste modo, os Diálogos com os Cidadãos revestiram uma verdadeira dimensão europeia, que é reforçada pelo facto de, em muitos Estados-Membros, estarem atualmente a ser organizados debates semelhantes a nível nacional, regional e local. A série de mais de 50 Diálogos teve início em setembro de 2012 e prolongou-se até março de 2014, enquadrando o Ano Europeu dos Cidadãos e colocando os debates no centro dos objetivos do Ano Europeu.

9 – É, assim, referido que os Diálogos com os Cidadãos são mais uma oportunidade para dar aos cidadãos a possibilidade de participar nas decisões tomadas a nível europeu. Os debates vieram dar aos cidadãos a oportunidade de exprimir as suas opiniões e de colocar questões sobre os assuntos que se lhes afiguram mais importantes (como a superação da crise económica), ao passo que os Comissários e outros políticos tiveram a oportunidade de ouvir os cidadãos em primeira mão, de explicar as suas políticas e de assinalar as consequências concretas das decisões tomadas a nível europeu para os cidadãos e as suas vidas.

10 - Os Diálogos estabeleceram-se, por conseguinte, como um instrumento para informar as pessoas, restaurar a confiança nas instituições europeias e nacionais e tornar os cidadãos conscientes de que a sua voz conta na UE. O facto de os Diálogos envolverem membros das instituições da UE e intervenientes a nível nacional e de o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

formato se ter propagado e multiplicado nos Estados-Membros mostra claramente que os Diálogos podem contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento de um Espaço Público Europeu.

11 – Por último, e para concluir, importa referir que, de acordo com a presente iniciativa, os Diálogos com os Cidadãos são um novo instrumento, uma experiência de comunicação pan-europeia que começou em pequena escala.

- Os 51 Diálogos realizados entre setembro de 2012 e março de 2014 constituíram um processo de aprendizagem para todos os envolvidos.

- Proporcionam uma base valiosa para desenvolver a iniciativa, em especial no que se refere às ações de sensibilização. Os debates públicos entre políticos europeus, nacionais e regionais — que tomam decisões políticas — e os cidadãos europeus — cujo quotidiano é afetado por essas decisões — conferem às instituições da UE um rosto humano.

- Além disso, ajudam os Comissários e outros políticos a obter novas perspetivas.

12 - A fim de garantir um verdadeiro debate europeu, deverá haver participação a todos os níveis — europeu, nacional, regional e local. Este formato já mostrou os primeiros sinais de adoção desta iniciativa a nível nacional, com os políticos nacionais em países como a Alemanha, a Bulgária e a Irlanda a lançarem os seus próprios Diálogos. Antigos políticos, académicos e grupos de reflexão estão também a começar a organizar debates. Estas iniciativas sugerem que há uma forte procura dos cidadãos por este tipo de interação — e um verdadeiro potencial para a transformar num projeto europeu duradouro. Esta ideia é apoiada pelo facto de, em vários Estados-Membros, entre os quais França, Itália, Polónia e Suécia, a preparação e a organização dos Diálogos com os Cidadãos terem levado à criação de redes informais. Essas redes podem multiplicar os efeitos desta iniciativa e manter o debate vivo, ao reunirem os políticos da UE, os governos nacionais e regionais, as Representações da Comissão e os gabinetes de informação do Parlamento Europeu, os cidadãos individuais e as organizações da sociedade civil. Os Diálogos são, assim, uma parte do grande debate europeu que é preciso realizar antes de se proceder às mudanças ousadas necessárias para construir uma União mais democrática.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE III - PARECER

Em face dos considerandos expostos e atento o Relatório da comissão competente, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

1. Não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade, na medida em que se trata de uma iniciativa não legislativa.
2. No que concerne as questões suscitadas nos considerandos, a Comissão de Assuntos Europeus prosseguirá o acompanhamento do processo referente à presente iniciativa, nomeadamente através de troca de informação com o Governo.

Palácio de S. Bento, 15 de julho de 2014

O Deputado Autor do Parecer

(Gabriel Côrte-Real Goucha)

O Presidente da Comissão

(Paulo Mota Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE IV – ANEXO

Relatório da Comissão de Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Parecer sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu
COM (2014) 173 final

Autor: Deputada
Sandra Pontedeira



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

ÍNDICE

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III - CONCLUSÕES



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, aprovada em 8 de janeiro de 2013, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação recebeu o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre “Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu”.

A supra identificada iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 27 de março do corrente e, atento o seu objeto, foi distribuída em reunião de 15 de abril à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação para efeitos de análise e elaboração do competente parecer.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Em geral

- **Objetivo da Iniciativa**

A propósito da designação, pela Comissão Europeia, do ano de 2013 como Ano Europeu dos Cidadãos, foi promovido um conjunto de iniciativas dirigidas ao esclarecimento e divulgação dos direitos, deveres e oportunidades dos cerca de 500 milhões de europeus beneficiários da cidadania europeia.

Estas iniciativas são cada vez mais prementes, tendo em consideração a crise económica, financeira e social que se faz sentir nos últimos anos na União Europeia e que tem abalado, progressivamente, a confiança dos cidadãos nas estruturas políticas nacionais e europeias.

O necessário reforço das estruturas democráticas foi assim alcançado através da iniciativa *“Diálogo com os Cidadãos”*, consubstanciado um novo instrumento de comunicação que institui um modelo de reuniões públicas informais ou fóruns locais, onde os políticos ouvem a população e debatem com eles as políticas futuras a empreender.

Da experiência recolhida, ressalta a necessidade de explorar estes instrumentos de participação ativa da comunidade nas decisões comuns à União Europeia, permitindo o pleno uso dos direitos inerentes à nossa qualidade de cidadãos europeus.

De uma forma geral, estes debates proporcionaram uma interação entre os decisores políticos e a população sujeita a essas decisões, mediante o debate das atuais políticas prosseguidas e das consequências das mesmas no dia-a-dia dos cidadãos, contribuindo assim para a criação de um Espaço Público Europeu.

- **Principais aspetos**

Reforço da democracia

Este “*Diálogo com os Cidadãos*” constitui uma oportunidade para reforçar a democracia, para “criar uma narrativa europeia baseada nos nossos valores comuns e que tenha em consideração as especificidades nacionais e regionais”.

O contexto de crise com que nos confrontamos vem amplificando a quebra de confiança na governação nacional e europeia e na respetiva liderança política¹, pelo que estes instrumentos democráticos são uma plataforma de extrema importância para inverter esta tendência.

De acordo com os dados inscritos neste relatório, entre setembro de 2012 e março de 2014 realizaram-se 51 iniciativas em todos os Estados-Membros, tendo participado 22 dos 28 comissários atuais, na maioria dos casos conjuntamente com representantes do Parlamento Europeu e políticos nacionais ou locais.

Formato destes “Diálogos com os Cidadãos”

Estes eventos, de entrada livre e sem pré-seleção, tiveram a duração de 1,5h/2h e, embora perspetivados para se centrarem em três temas essenciais (recuperação da crise económica, direitos dos cidadãos e futuro da Europa), abordaram outras questões como a complementaridade entre a integração economia e o reforço da democracia, a necessidade de preservar a paz alcançada com a integração numa cultura europeia ou o indispensável reforço da efetiva liberdade de escolha política.

A divulgação dos mesmos concretizou-se através de várias plataformas, seja nos meios de comunicação regionais e nacionais, seja nos sítios Web das representações da Comissão e através das redes sociais.

¹ De acordo com os inquéritos Eurobarómetro, a confiança na UE e nas instituições nacionais, entre 2007 e 2013, diminuiu de 57% para 31% e de 41% para 23%, respetivamente



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Este debate, para além da participação dos cidadãos no espaço físico em que se realizou, proporcionou a possibilidade de resposta pelos oradores presentes aos comentários recebidos nas redes sociais.

A publicitação destes eventos passou ainda pela sua transmissão em linha e em direto nas línguas da região de acolhimento e em inglês, bem como pela criação de uma plataforma de acompanhamento dos debates² e, nalguns casos, pela transmissão em direto por estações de televisão regionais ou nacionais.

Nalguns Estados-Membros, organizaram-se debates preparatórios e de acompanhamento bem como diálogos temáticos que definiram as temáticas mais relevantes para o debate propriamente dito, sendo que na grande generalidade das cidades de acolhimento, foram à data publicitados suplementos sobre a Europa, as suas instituições e os direitos dos cidadão ou entrevistas com os Comissários presentes nestes eventos.³

A conclusão deste trabalho perpetrado em todos os Estados-Membros, concretizou-se no passado dia 27 de março, em Bruxelas, com a realização de um evento pan-europeu que contou com participantes de todas as cidades de acolhimento dos “*Diálogos com os Cidadãos*”.

Participação dos cidadãos dos Estados-Membros

De acordo com o Relatório aqui em análise, estiveram fisicamente presentes cerca de 350 cidadãos em cada evento, num total de cerca de 16 000 cidadão de todos os Estados-Membros.

Já a transmissão em direto na Internet e nas redes sociais foi acompanhada por cerca de 105 000 pessoas, constituindo uma ferramenta de comunicação em expansão e que, no futuro, deve ser devidamente potencializada.

Finalmente, sublinhar que as perguntas e os comentários recebidos após a realização destes eventos nas Representações da Comissão nos Estados-Membros e no centro de chamadas

² www.debatingeurope.eu

³ Esta divulgação representa um potencial alcance de 43 milhões de leitores de jornais e 51 milhões de leitores nos sítios Web

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Europe Direct demonstram que os debates tiveram um efeito de muito maior alcance do que o clássico discurso unilateral.

2. Aspetos relevantes

- **Análise e pronúncia sobre questões de substância da iniciativa**

A presente iniciativa promovida pela Comissão representa uma alavanca muito positiva para o reforço da confiança política dos cidadãos nas estruturas políticas nacionais e internacionais e, como tal, devem ser mantidas e, inclusive, reforçadas.

De acordo com os inquéritos do Eurobarómetro, dois em cada três europeus sentem que a opinião dos cidadãos não é tida em conta no momento da tomada de decisões políticas e, conseqüentemente, 9 em cada 10 europeus consideram que os “*Diálogos com os Cidadãos*” devem continuar a ser promovidos no futuro.

A concretização de um Espaço Público Europeu constitui, assim, uma prioridade para o futuro da União Europeia e é nesta perspetiva que deve ser avaliado o presente relatório, não só a nível europeu mas também a nível nacional, onde estes espaços de debate escasseiam e, como tal, devem ser promovidos para contrariar esta tendência.

- **Implicações para Portugal**

No passado dia 22 de fevereiro realizou-se a sessão nacional dos “*Diálogos com os Cidadãos*” em Portugal, mais concretamente na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra.

Este evento contou com a participação da Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, Viviane Reding e foi acompanhado em direto através da SIC Notícias Interativa e da *Europe by Satellite*, para além da sua disponibilização webstream e através das redes sociais Twitter e Facebook.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O diálogo centrou-se sobretudo nos direitos dos cidadãos na UE, na resposta à crise económica e no futuro da Europa e contou com a participação livre dos cidadãos, mediante inscrição prévia, contando ainda com três sessões paralelas em Aveiro, no Luxemburgo e nos Açores e com intervenções em direto via Skype.

Durante o evento houve ainda tempo para dois momentos musicais, a cargo da Associação Académica de Coimbra e da Orquestra Gerações.

3. Princípio da subsidiariedade

O presente parecer debruça-se sobre um relatório da Comissão, pelo que não há lugar à análise da observância do princípio da subsidiariedade.

PARTE III - CONCLUSÕES

Face aos considerandos que antecedem, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação conclui no seguinte sentido:

- A) O Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões faz a análise dos “Diálogos com os Cidadãos”, realizados em todos os Estados-Membros entre 2012 e 2014, enquanto contributo para a criação de um espaço público europeu;
- B) Trata-se de uma iniciativa não legislativa, pelo que não há lugar à análise da observância do princípio da subsidiariedade pela Comissão;
- C) A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente parecer ser remetido à Comissão dos Assuntos Europeus para os devidos efeitos, nos termos da Lei nº 43/2006, de 25 de agosto.
- D) Em função da intenção demonstrada no presente relatório de manter e reforçar estas plataformas democráticas de debate entre entidades políticas e cidadãos, a Comissão pretende acompanhar, no futuro, a expansão desta estrutura de participação cívica e a eventual criação de novos instrumentos com o mesmo fim.

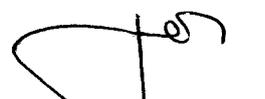
Palácio de S. Bento, 28 de maio de 2014

A Deputada Autora do Parecer



(Sandra Pontedeira)

O Presidente da Comissão



(Mendes Bota)